EXCELENTÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DA \_\_ VARA DE FAMÍLIA DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXX

Distribuição por dependência Autos n° XXXXXX, da antiga Xª Vara de Família, Órfãos e Sucessões do XXXXXXX.

**FULANO DE TAL**, nacionalidade, estado civil, profissão, portadora da CI n.º XXXX XXX/XX e do CPF nº XXXXXXX, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXXX, CEP XXXXX, vem, por intermédio da *Defensoria Pública do Distrito Federal*, requerer:

# CONVERSÃO DA SEPARAÇÃO EM DIVÓRCIO LITIGIOSO

Em face de **FULANO DE TAL**, nacionalidade, estado civil, demais dados desconhecidos, em local incerto e não sabido, pelas razões de fato e de direito que se seguem:

#### **I - DOS FATOS**

Conforme certidão de casamento em anexo, as partes casaram-se em XX de XXXXX de XXXX, sob o regime da comunhão universal de bens. Não houve pacto antenupcial.

Em XX de XXXX de XXXX foi decretada, à época, por sentença do Juízo da Xº Vara de Família, Órfãos e Sucessões do XXXXXX, **a separação judicial do casal** (Processo n° XXXX). Não houve interposição de recurso, e a sentença transitou em julgado.

A requerente tem a salientar, ainda, que nos últimos anos, após a separação, tentou localizar o requerido, porém, nunca conseguiu sucesso nas tentativas. As últimas notícias foram no sentido de que residia em um condomínio na cidade satélite XXXX/DF, restando também infrutífera sua localização.

#### II - DO DIREITO

O art. 226, §  $6^{\circ}$  da constituição Federal passou a ter a seguinte redação:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem a especial proteção do Estado.

(...)

§ 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio.

Destarte, a par das novas modificações advindas com a Emenda Constitucional 66/2010, é patente o direito que assiste à requerente de que seja feita a conversão da separação judicial em divórcio, sendo imperioso concluir-se pela procedência do pedido.

#### III - PEDIDO

Desta forma, preenchidos todos os requisitos legais,

### **REQUER**:

- a) a concessão dos benefícios da justiça gratuita, por ser economicamente hipossuficiente, conforme declaração anexa;
- b) a intimação do Ministério Público;
- c) a citação do réu, por edital, para querendo apresentar resposta no prazo legal, sob pena de revelia;
- d) a procedência do pedido, decretando-se por sentença a conversão da separação judicial em divórcio;
- e) a expedição, após o trânsito em julgado da sentença, de mandado para fins de averbação junto ao competente cartório de registro civil.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, em especial pelos documentos anexos.

Dá-se à causa, o valor de R\$ XXX (XXXXXXXXX).

Nestes termos, Pede deferimento.

XXXXX, XX de XXXXXXX de XXXX.

FULANO DE TAL Requerente

Defensor(a) Público(a)

## FULANO DE TAK Colaboradora - Ceajur XXXXXX